

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA REGIONAL DE
COMPETÊNCIA EMPRESARIAL E DE CONFLITOS RELACIONADOS À ARBITRAGEM DA
4ª e 10ª RAJS (REGIÃO ADMINISTRATIVA JUDICIÁRIA) – COMARCA DE
CAMPINAS/SP**

Processo nº 0000209-03.2025.8.26.0354 - Exibição de Documentos

Processo principal nº 1003930-06.2024.8.26.0022 - Recuperação Judicial

BRASIL TRUSTEE ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL,

Administradora Judicial nomeada pelo D. Juízo, já qualificada, por seus representantes que ao final subscrevem, nos autos da **RECUPERAÇÃO JUDICIAL** de **POSTO DE COMBUSTÍVEIS J. J. BROLES LTDA.**, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, apresentar o **RELATÓRIO MENSAL DE ATIVIDADES**, nos termos a seguir.

Campinas
Av. Barão de Itapura, 2294, 4º andar
CEP 13073-300 F. 19 3256-2006

São Paulo
Av. Marquês de São Vicente, 576, 20º andar
Sl. 2008 CEP 01139-000 F. 11 3258-7363

Curitiba
Rua Francisco Rocha, 198
CEP 80420-130 F. 41 3891-1571

SUMÁRIO

I – OBJETIVOS DESTE RELATÓRIO	3
II – FOLHA DE PAGAMENTO	3
II.I – COLABORADORES	3
II.II – PRÓ-LABORE	4
III – EBITDA (Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization)	5
IV – ÍNDICES DE ANÁLISE CONTÁBIL	7
IV.I – LIQUIDEZ GERAL	7
IV.II – CAPITAL DE GIRO LÍQUIDO	8
IV.III – GRAU DE ENDIVIDAMENTO	10
V – FATURAMENTO	11
VI – BALANÇO PATRIMONIAL	12
VI.I - ATIVO	12
VI.II - PASSIVO	14
VII – DÍVIDA TRIBUTÁRIA	16
VIII – DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO	17
IX – CONCLUSÃO	20

I – OBJETIVOS DESTE RELATÓRIO

- a) Apresentar ao MM. Juízo o Relatório das Atividades da Recuperanda, referente ao mês de **outubro/2025**, conforme determinado no art. 22, inciso II, *alínea “c”*¹, da Lei 11.101/2005;
- b) Informar o quadro atual de colaboradores diretos e indiretos;
- c) Analisar os resultados apresentados pela Recuperanda;
- d) Demonstrar a posição econômico-financeira da Recuperanda;
- e) Relatar os andamentos processuais (**doc. 01**), em conformidade com a determinação judicial proferida nos autos principais da Recuperação Judicial;
- f) Relatar que não há Incidentes Processuais insaturados até o presente momento.

II – FOLHA DE PAGAMENTO

II.I – COLABORADORES

No mês de outubro/2025, a Recuperanda contava, em seu **quadro funcional**, com um total de 05 colaboradores, dos quais 05 estavam ativos. Ademais, não ocorreram admissões e demissões, conforme demonstrado no quadro abaixo:

COLABORADORES	AGO/2025	SET/2025	OUT/2025
ATIVO	4	5	5
ADMITIDOS	1	0	0
DEMITIDOS	1	0	0
TOTAL	5	5	5

¹ Art. 22. Ao administrador judicial compete, sob a fiscalização do juiz e do Comitê, além de outros deveres que esta Lei lhe impõe: (...) II – na recuperação judicial: (...) c) apresentar ao juiz, para juntada aos autos, relatório mensal das atividades do devedor, fiscalizando a veracidade e a conformidade das informações prestadas pelo devedor.

Os gastos com a **folha de pagamento**, em outubro/2025, sumarizaram R\$ 36.123,00, sendo 75% compreendidos por salários, demais remunerações e benefícios diretos e 25% representados por encargos sociais de FGTS e INSS, conforme se verifica a seguir:

FOLHA DE PAGAMENTO	AGO/2025	SET/2025	OUT/2025
PROVENTOS	31.093	25.923	27.008
SALÁRIOS E ORDENADOS	9.787	8.562	9.349
ADICIONAL DE CAIXA	1.434	1.122	1.122
13º SALÁRIO	1.287	1.247	1.279
FÉRIAS	1.773	1.727	1.767
ADICIONAL DE PERICULOSIDADE	2.936	2.824	2.805
ALIMENTAÇÃO DO TRABALHADOR	-	3.953	3.835
ADICIONAL NOTURNO	1.100	1.079	1.094
CESTA BÁSICA	2.854	1.712	1.712
INDENIZAÇÕES E AVISO PRÉVIO	903	-	-
FGTS RECISÓRIO	5.032	-	-
HORA EXTRA	2.805	2.438	2.474
ASSISTÊNCIA MÉDICA E SOCIAL	1.181	1.260	1.571
ENCARGOS SOCIAIS	9.362	9.097	9.114
INSS	7.933	7.509	7.523
FGTS	1.430	1.588	1.591
TOTAL	40.455	35.020	36.123

No mês de outubro/2025, nota-se uma majoração de 3%, em comparação ao mês anterior, justificada pelo acréscimo observado, principalmente, nas rubricas "salários e ordenados", "13º salário", "férias" e "hora extra".

II.II – PRÓ-LABORE

O **pró-labore** corresponde à remuneração dos sócios pelo trabalho realizado frente à sociedade empresária, cujo valor deve ser definido com base nas remunerações de mercado para o tipo de atividade.

Para recebimento do pró-labore é necessário que os administradores constem no contrato social e sejam registrados no demonstrativo contábil como despesa operacional, resultando, assim, na incidência de INSS e IRRF.

Apresenta-se, a seguir, o demonstrativo do valor total provisionado, bem como do valor líquido de encargos nos meses analisados:

PRÓ-LABORE	AGO/2025	SET/2025	OUT/2025
JEVERSON VANDERLEI BROLESI	4.500	4.500	4.500
(-) INSS CONTRIBUINTE INDIVIDUAL -	495 -	495 -	495
(-) IRRF -	200 -	200 -	200
TOTAL LÍQUIDO	3.805	3.805	3.805

Importante mencionar, que a Recuperanda não realizava o registro a título de pró-labore, sendo que este cenário fora regularizado em **maio/2025**.

No mais, de acordo com a folha de pró-labore analisada, é sabido que a Recuperanda realizou o provisionamento no importe R\$ 4.500,00, sendo que os referidos valores estavam sujeitos à incidência do “INSS” e “IRRF”.

III – EBITDA (Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization)

O **EBITDA** corresponde à sigla em inglês que, traduzida para o português, representa “lucros antes de juros, impostos, depreciações e amortizações”. É utilizado para medir o lucro da sociedade empresária antes de serem aplicados os quatros itens citados.

A finalidade é mensurar o potencial operacional de geração de caixa em uma sociedade empresária, medindo, com maior

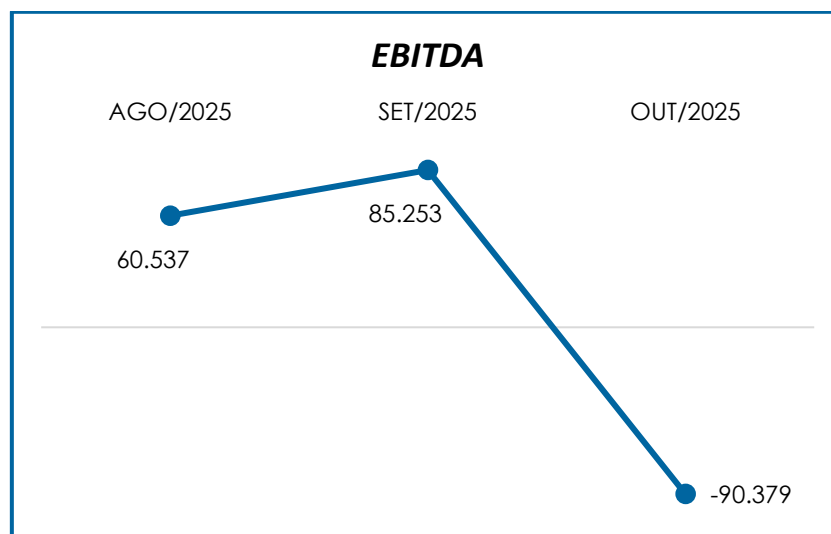
precisão, a produtividade e eficiência do negócio. Para a sua aferição não são levados em consideração os gastos tributários e as despesas e receitas financeiras.

Portanto, o **EBITDA** revela-se como um indicador capaz de demonstrar o verdadeiro desempenho da atividade operacional, cuja demonstração, a respeito da Recuperanda, segue abaixo:

EBITDA	AGO/2025		SET/2025		OUT/2025
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	1.068.869		1.037.033		1.031.212
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA	-	1.308	-	1.005	- 1.413
DEDUÇÕES DAS RECEITAS	-	1.308	-	1.005	- 1.413
RECEITA LÍQUIDA	1.067.560		1.036.028		1.029.799
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS	-	923.957	-	858.846	- 1.005.847
RESULTADO OPERACIONAL BRUTO	143.603		177.182		23.952
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	-	83.066	-	91.929	- 114.331
EBITDA	60.537		85.253		- 90.379
EBITDA % RECEITA OPERACIONAL BRUTA	6%		8%		-9%

Observa-se que, em outubro/2025, o resultado do **desempenho da atividade operacional** da Recuperanda foi **negativo**, no montante de R\$ 90.379,00, demonstrando um decréscimo no importe de R\$ 175.632,00 em relação ao resultado positivo apurado no mês anterior. Essa variação ocorreu, principalmente, em razão da involução registrada em "receita bruta de vendas e serviço", em contrapartida ao acréscimo apurado nas rubricas "custo das mercadorias vendidas" e "despesas administrativas".

Segue, representada graficamente, a oscilação nos resultados do **EBITDA** ao longo do período analisado:



IV – ÍNDICES DE ANÁLISE CONTÁBIL

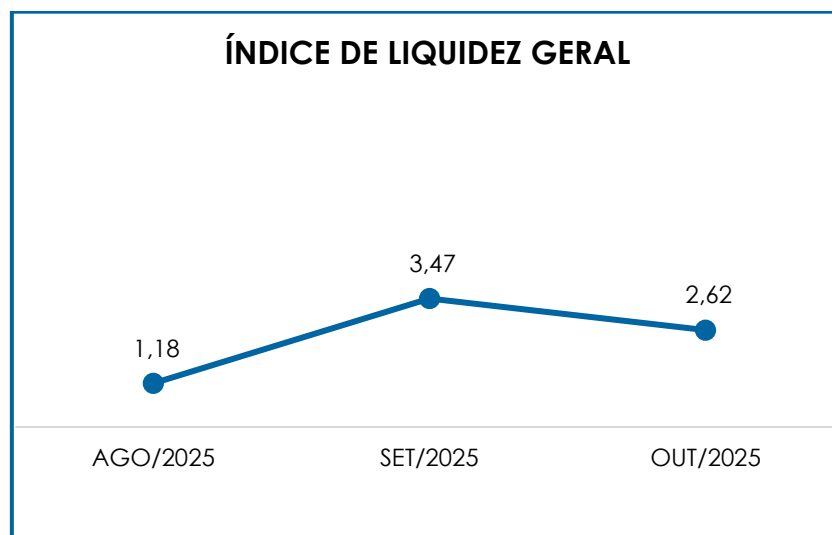
Os índices de avaliação contábil são ferramentas utilizadas na gestão das informações contábeis da sociedade empresária, com o objetivo de propiciar a adoção de métodos estratégicos para o seu desenvolvimento positivo.

A avaliação dos índices contábeis é uma técnica imprescindível para as empresas que buscam investir em estratégias de gestão eficientes para o desenvolvimento do negócio por meio da realização do mapeamento e organização das informações contábeis e fiscais. Após colher as informações e compará-las, é possível chegar a um diagnóstico conclusivo, que permitirá uma melhor orientação para a adoção de decisões mais eficientes.

IV.1 – LIQUIDEZ GERAL

O índice de **Liquidez Geral** demonstra a capacidade de pagar as obrigações a curto e longo prazos durante determinado período.

O cálculo é efetuado por meio da divisão da “disponibilidade total” (ativo circulante somado ao ativo não circulante) pelo “total exigível” (passivo circulante somado ao passivo não circulante).



O índice de liquidez geral da Recuperanda demonstrou resultado superior a 1, evidenciando, portanto, que a Sociedade Empresária **dispunha de ativos suficientes** para o pagamento de suas dívidas **com vencimentos a curto e longo prazos**, uma vez que a capacidade de pagamento em agosto/2025, foi de R\$ 2,62 para cada R\$ 1,00 de dívida.

Cabe mencionar, por fim, que o referido índice, em outubro/2025, registrou minoração em relação ao mês anterior, uma vez que o “ativo” registrou um decréscimo no importe de R\$ 106.606,00, em contrapartida a progressão no “total exigível”, na monta de R\$ 4.033,00.

IV.II – CAPITAL DE GIRO LÍQUIDO

O **Capital de Giro Líquido (CGL)** é um indicador de liquidez utilizado pelas sociedades empresárias para refletir a capacidade de

gerenciar as relações com fornecedores e clientes. O resultado é formado pela diferença (subtração) entre o “ativo circulante” e o “passivo circulante”.

O objetivo da administração financeira é gerenciar os bens da empresa, de forma a encontrar o equilíbrio entre a lucratividade e o endividamento.

CAPITAL DE GIRO LÍQUIDO	AGO/2025	SET/2025	OUT/2025
BENS NUMERÁRIOS	1.853.077	59.024	300.059
DEPÓSITOS BANCÁRIOS A VISTA	20.569	14.726	30.945
TRIBUTOS A RECUPERAR	1.688	1.612	1.840
ESTOQUES DIVERSOS	39.484	86.767	-
ATIVO CIRCULANTE	1.914.818	162.130	332.844
FORNECEDORES NACIONAIS	- 1.762.954	-	-
IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER	- 2.962	- 15.545	- 15.670
TRIBUTOS RETIDOS A RECOLHER	- 166	- 87	- 87
OBRIGAÇÕES COM O PESSOAL	- 16.762	- 17.700	- 18.500
OBRIGAÇÕES PREVIDENCIÁRIAS	- 72.464	- 10.279	- 10.267
PROVISÕES	- 21.083	- 25.285	- 29.588
CONTAS A PAGAR	- 7.770	- 7.770	- 7.770
PASSIVO CIRCULANTE	- 1.884.161	- 76.665	- 81.882
TOTAL	30.656	85.464	250.963

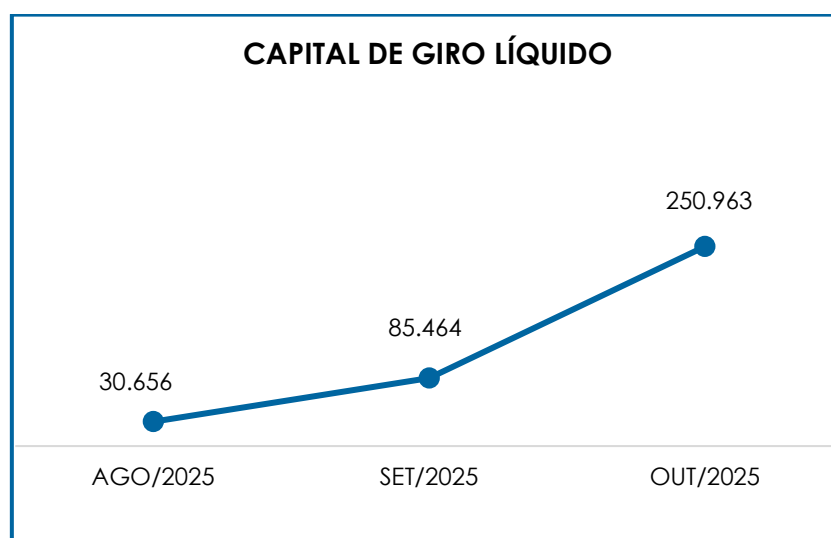
O **CGL** apurou **resultado positivo** no mês de outubro/2025, totalizando saldo no importe de R\$ 250.963,00, o qual apresentou um acréscimo de R\$ 165.498,00 em comparação ao resultado negativo do mês anterior.

No que diz respeito ao “**ativo circulante**”, verifica-se uma evolução no importe de R\$ 170.715,00 em outubro/2025, principalmente, em razão do acréscimo registrado em “bens numerários”, “depósitos bancários a vista” e “tributos a recuperar”.

Ademais, o “**passivo circulante**” sofreu um acréscimo na monta de R\$ 5.216,00, quando comparado ao mês anterior. Tal variação é

justificada pela evolução ocorrida, principalmente nas rubricas “impostos e contribuições a recolher”, “obrigações com o pessoal” e “provisões”.

Abaixo, segue representação gráfica do “CGL” consolidado no trimestre:



IV.III – GRAU DE ENDIVIDAMENTO

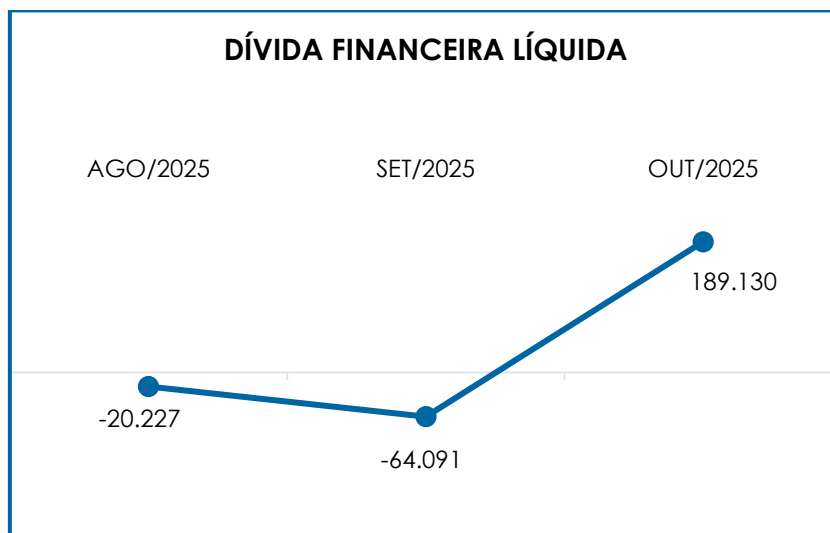
A composição do **Endividamento** refere-se ao volume das obrigações a curto e longo prazos, deduzidos os saldos registrados nas contas “caixa e equivalentes”. O resultado do cálculo representa o saldo que a empresa necessita para adimplir o passivo que gera a despesa financeira.

DÍVIDA FINANCEIRA LÍQUIDA	AGO/2025	SET/2025	OUT/2025
DISPONÍVEL	1.873.646	73.751	331.004
FORNECEDORES NACIONAIS	- 1.762.954	-	-
CONTAS A PAGAR	- 7.770	- 7.770	- 7.770
IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES	- 9.712	- 61.176	- 59.993
DÍVIDA ATIVA	93.210	4.804	263.241
IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER	- 2.962	- 15.545	- 15.670
TRIBUTOS RETIDOS A RECOLHER	- 166	- 87	- 87
OBRIGAÇÕES COM O PESSOAL	- 16.762	- 17.700	- 18.500

OBRIGAÇÕES PREVIDENCIÁRIAS	-	72.464	-	10.279	-	10.267
PROVISÕES	-	21.083	-	25.285	-	29.588
DÍVIDA FISCAL E TRABALHISTA	-	113.437	-	68.895	-	74.111
TOTAL	-	20.227	-	64.091	-	189.130

O **endividamento** totalizou a importância de R\$ 189.130,00 (positivo) no mês de outubro/2025, evidenciando uma majoração na monta de R\$ 253.221,00 no saldo em relação ao mês anterior.

Segue, abaixo, a demonstração gráfica da oscilação no período em análise:



Observa-se que, em **outubro/2025** o índice de “**Liquidez Geral**”, “**Capital de Giro Líquido**” e “**Grau de Endividamento**” apresentaram resultados **satisfatórios** no período analisado.

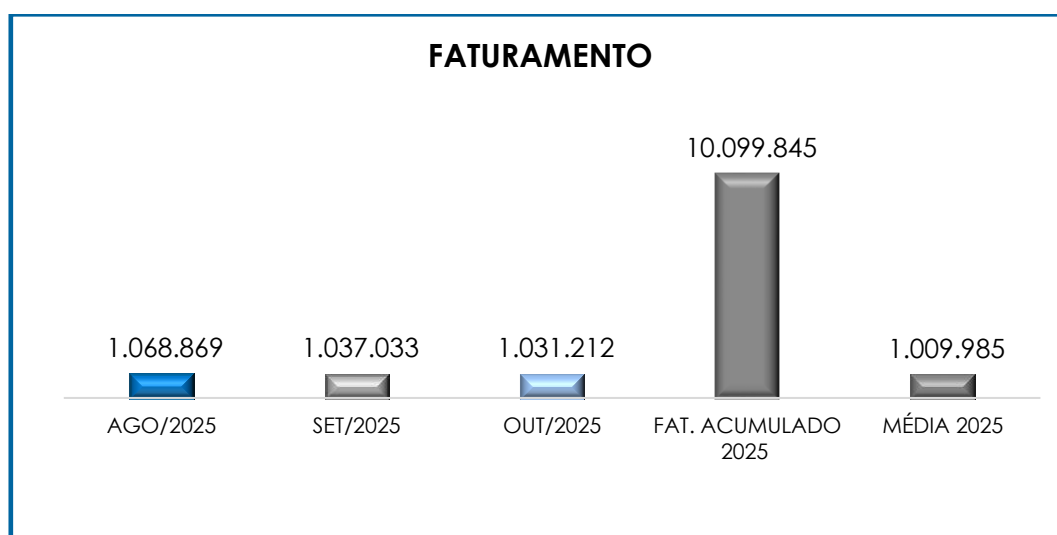
V – FATURAMENTO

O faturamento consiste na soma de todas as vendas, sejam de produtos ou de serviços, realizadas por uma sociedade empresária em

um determinado período. Esse processo demonstra a real capacidade de produção, além de sua participação no mercado, possibilitando a geração de fluxo de caixa para a sociedade empresária.

O faturamento bruto de outubro/2025 sumarizou o valor de **R\$ 1.031.212,00**, registrando um decréscimo no importe de R\$ 5.821,00 em relação ao mês anterior.

A seguir, temos a representação gráfica das receitas no período abordado (agosto/2025 a outubro/2025), bem como o faturamento total e a média concernente ao ano de 2025.



Conforme o gráfico supra, verifica-se que, o faturamento bruto acumulado durante o ano de 2025, sumarizou o importe de R\$ 10.099.845,00, apurando-se uma média mensal na monta de R\$ 1.009.985,00.

VI – BALANÇO PATRIMONIAL

VI.I - ATIVO

Campinas
Av. Barão de Itapura, 2294, 4º andar
CEP 13073-300 F. 19 3256-2006

São Paulo
Av. Marquês de São Vicente, 576, 20º andar
Sl. 2008 CEP 01139-000 F. 11 3258-7363

Curitiba
Rua Francisco Rocha, 198
CEP 80420-130 F. 41 3891-1571

O **Ativo** é um recurso controlado pela sociedade empresária, como resultado de eventos passados e do qual se espera que benefícios econômicos futuros sejam por ela contabilizados.

ATIVO	AGO/2025	SET/2025	OUT/2025
BENS NUMERÁRIOS	1.853.077	59.024	300.059
DEPÓSITOS BANCÁRIOS A VISTA	20.569	14.726	30.945
TRIBUTOS A RECUPERAR	1.688	1.612	1.840
ESTOQUES DIVERSOS	39.484	86.767	-
ATIVO CIRCULANTE	1.914.818	162.130	332.844
BENS EM OPERAÇÃO	986.790	986.790	459.794
(-) DEPRECIAÇÃO/AMORTIZAÇÃO/EXAUSTÃO	- 669.952	- 669.952	- 420.277
ATIVO NÃO CIRCULANTE	316.838	316.838	39.517
TOTAL	2.231.656	478.968	372.362

- **Disponibilidade Financeira:** corresponde aos recursos financeiros que se encontram à disposição imediata da Recuperanda para pagamentos de suas obrigações a curto prazo.

No mês de outubro/2025 a disponibilidade financeira da Recuperanda sumarizou a importância de R\$ 331.004,00, sendo R\$ 300.059,00 disponíveis em "bens numerários" e R\$ 30.945,00 alocados em "depósitos bancários a vista".

- **Impostos a Recuperar:** o saldo registrado nesse grupo de contas sumarizou a importância de R\$ 1.840,00, em outubro/2025, sendo a totalidade alocado em "ICMS a recuperar", o qual poderá ser utilizado para a compensação (em esfera administrativa e/ou judicial) dos tributos devidos pela Recuperanda.

- **Estoques diversos:** referido grupo registrou, em outubro/2025, saldo zero, registrando minoração no importe de R\$ 86.767,00.

- **Imobilizado:** corresponde ao grupo de contas que englobam os recursos aplicados em bens ou direitos de permanência duradoura, destinados ao funcionamento normal da sociedade empresária. No mês de outubro/2025, o valor registrado sumarizou a importância de R\$ 459.794,00, o qual registrou minoração na monta de R\$ 526.996,00, quando comparado ao mês anterior. Considerando a dedução referente às “depreciações”, no montante de R\$ 420.277,00, em outubro/2025, apurou-se um saldo líquido de R\$ 39.517,00, consoante se observa a seguir:

IMOBILIZADO	AGO/2025	SET/2025	OUT/2025
COMPUTADORES E EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA	1.780	1.780	-
INSTALAÇÕES	2.300	2.300	-
MÁQUINAS, APARELHOS E EQUIPAMENTOS	737.115	737.115	459.794
VEÍCULOS	245.595	245.595	-
BENS EM OPERAÇÃO	986.790	986.790	459.794
(-) DEPREC. COMPUTADORES E EQUIPAMENTOS DE	- 1.780	- 1.780	-
(-) DEPREC. INSTALAÇÕES	- 2.300	- 2.300	-
(-) DEPREC. MÁQUINAS, APARELHOS E EQUIPAMENTOS	- 420.277	- 420.277	- 420.277
(-) DEPREC. VEÍCULOS	- 245.595	- 245.595	-
DEPRECIACÃO ACUMULADA	- 669.952	- 669.952	- 420.277
TOTAL	316.838	316.838	39.517

VI.II - PASSIVO

O “**Passivo**” é uma obrigação atual da entidade como resultado de eventos já ocorridos, cuja liquidação se espera que resulte na saída de recursos econômicos. São dívidas que poderão ter exigibilidade a curto ou longo prazos.

PASSIVO	AGO/2025	SET/2025	OUT/2025
FORNECEDORES NACIONAIS	- 1.762.954	-	-
IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER	- 2.962	- 15.545	- 15.670
TRIBUTOS RETIDOS A RECOLHER	- 166	- 87	- 87
OBRIGAÇÕES COM O PESSOAL	- 16.762	- 17.700	- 18.500
OBRIGAÇÕES PREVIDENCIÁRIAS	- 72.464	- 10.279	- 10.267
PROVISÕES	- 21.083	- 25.285	- 29.588

CONTAS A PAGAR	-	7.770	-	7.770	-	7.770
PASSIVO CIRCULANTE	-	1.884.161	-	76.665	-	81.882
IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES	-	9.712	-	61.176	-	59.993
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	-	9.712	-	61.176	-	59.993
CAPITAL SOCIAL	-	300.000	-	300.000	-	300.000
(-) PREJUÍZOS ACUMULADOS		79.344		79.344		79.344
(-) PREJUÍZOS DO EXERCÍCIOS		8.335		8.335		8.335
LUCROS DO EXERCÍCIO	-	32.554	-	32.554	-	121.913
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	-	244.875	-	244.875	-	334.234
TOTAL	-	2.138.748	-	382.717	-	476.109

- **Obrigações Tributárias:** no mês de outubro/2025, esse grupo de contas sumarizou a importância de R\$ 15.670,00, apresentando um acréscimo na monta de R\$ 126,00 em relação ao mês anterior, visto que as apropriações mensais superaram os pagamentos e compensações realizadas. Segue abaixo a composição detalhada do grupo:

IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER	AGO/2025	SET/2025	OUT/2025
COFINS A RECOLHER	- 797	- 659	- 591
IRRF SOBRE SALÁRIOS RETIDO A RECOLHER	- 1.490	- 1.417	- 1.411
PIS A RECOLHER	- 165	- 70	- 55
IRRF SOBRE ALUGUEL A RECOLHER	- 459	- 230	- 230
CSLL A RECOLHER	-	-	- 4.595
IRPJ A RECOLHER	-	- 13.144	- 8.763
IRRF SOBRE NF RETIDO A RECOLHER	- 51	- 26	- 26
TOTAL	- 2.962	- 15.545	- 15.670

- **Obrigações com o pessoal:** o referido grupo é composto pelos saldos a título de “salários e ordenados a pagar” e “pró-labore a pagar”, o qual sumarizou, em outubro/2025, a importância de R\$ 18.500,00.

- **Obrigações Previdenciárias:** apresentou o saldo de R\$ 10.267,00 em outubro/2025, representando 13% do total do passivo circulante. Cabe mencionar que o grupo estava composto por R\$ R\$ 8.496,00 registrados em “INSS a recolher”, R\$ 1.348,00 alocados em “FGTS a recolher” e R\$ 423,00 registrados em “contribuição assistencial a recolher”.

VII – DÍVIDA TRIBUTÁRIA

A **dívida tributária** representa o conjunto de débitos dessa natureza, não pagos espontaneamente, com os órgãos da Administração Pública Federal, Estadual e Municipal. Sua representação é feita da seguinte forma:

DÍVIDA TRIBUTÁRIA	AGO/2025	SET/2025	OUT/2025
INSS A RECOLHER	- 65.865 -	8.503 -	8.496
FGTS A RECOLHER	- 6.217 -	1.350 -	1.348
OBRIGAÇÕES SOCIAIS A RECOLHER	- 72.082 -	9.853 -	9.844
COFINS A RECOLHER	- 797 -	659 -	591
IRRF SOBRE SALÁRIOS RETIDO A RECOLHER	- 1.490 -	1.417 -	1.411
PIS A RECOLHER	- 165 -	70 -	55
IRRF SOBRE ALUGUEL A RECOLHER	- 459 -	230 -	230
CSLL A RECOLHER	- -	- -	4.595
IRPJ A RECOLHER	- -	13.144 -	8.763
IRRF SOBRE NF RETIDO A RECOLHER	- 51 -	26 -	26
IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER	- 2.962 -	15.545 -	15.670
PIS, COFINS e CSLL RETIDO A RECOLHER	- 159 -	79 -	79
ISS RETIDO A RECOLHER	- 7 -	7 -	7
TRIBUTOS RETIDOS A RECOLHER	- 166 -	87 -	87
PARCELAMENTO INSS	- 3.650 -	55.626 -	54.521
PARCELAMENTO TRIBUTOS FEDERAIS	- 6.062 -	5.551 -	5.472
PARCELAMENTO DE TRIBUTOS	-9.712	-61.176	-59.993
TOTAL	-84.922	-86.661	-85.593

O total do passivo tributário, em outubro/2025, perfaz a monta de R\$ 85.593,00, registrando um decréscimo de R\$ 1.068,00, em comparação ao mês anterior.

Abaixo seguem as principais variações apresentadas em outubro/2025:

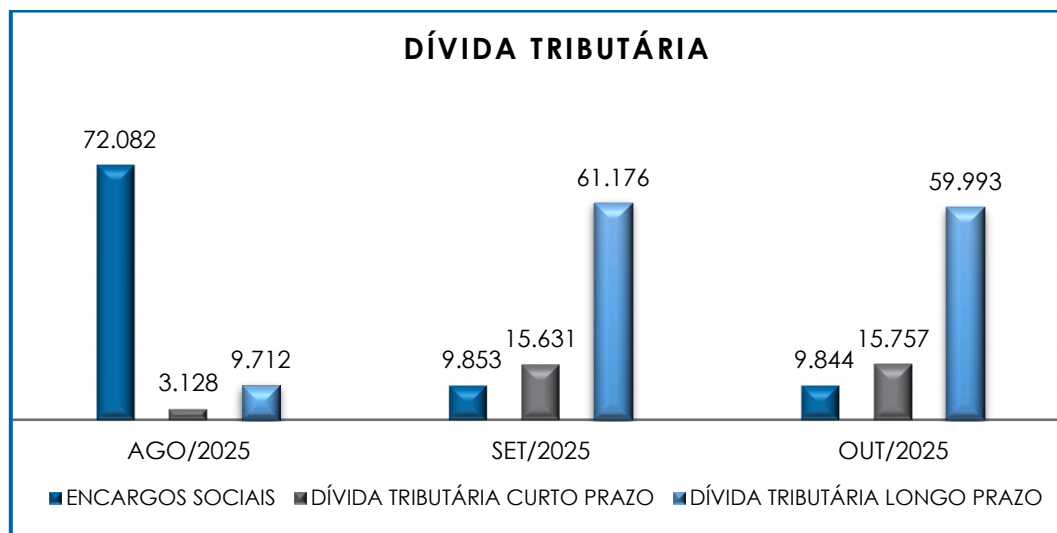
- **Encargos Sociais:** o montante apurado, no mês de outubro/2025, sumou a monta de R\$ 9.844,00, representando uma

minoração no importe de R\$ 10,00 em relação ao mês anterior. Referido grupo estava composto por “INSS a recolher” e “FGTS a recolher”

- **Obrigações Fiscais:** o saldo registrado nos grupos de “impostos e contribuições a recolher” e “tributos retidos a recolher”, em outubro/2025, sumarizou R\$ 15.757,00, sofrendo uma evolução no importe de R\$ 126,00.

- **Parcelamentos de tributos:** o saldo em outubro/2025 sumarizou o importe de R\$ 59.993,00 registrando um decréscimo na monta de R\$ 1.184,00 em comparação ao mês anterior. Referido grupo estava composto por “parcelamento INSS” e “parcelamento tributos federais”.

O gráfico abaixo colacionado demonstra a proporção da dívida tributária no mês analisado:



VIII – DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

A **demonstração do resultado do exercício (DRE)** é um relatório contábil elaborado em conjunto com o balanço patrimonial que descreve as operações realizadas pela sociedade empresária em um determinado período.

Seu objetivo é demonstrar a formação do resultado líquido em um exercício, por meio do confronto das receitas, despesas e resultados apurados, gerando informações significativas para a tomada de decisões.

A DRE deve ser elaborada em obediência ao princípio do “regime de competência”. Por essa regra, as receitas e as despesas devem ser incluídas na operação do resultado do período em que ocorreram, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento.

Com o objetivo de demonstrar a situação financeira da Recuperanda de maneira transparente, os saldos da DRE são expostos de maneira mensal, em vez de acumulados:

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO (DRE)	AGO/2025	SET/2025	OUT/2025
RECEITA BRUTA DE VENDAS E SERVIÇO	1.068.869	1.037.033	1.031.212
DEDUÇÕES DAS RECEITAS	- 1.308 -	1.005 -	1.413
DEDUÇÕES DAS RECEITAS	- 1.308 -	1.005 -	1.413
RECEITA LÍQUIDA	1.067.560	1.036.028	1.029.799
% RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	100%	100%	100%
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS	- 923.957 -	858.846 -	1.005.847
RESULTADO OPERACIONAL BRUTO	143.603	177.182	23.952
% RECEITA OPERACIONAL BRUTO	13%	17%	2%
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	- 83.066 -	91.929 -	114.331
DESPESAS TRIBUTÁRIAS	- 1.364 -	2.698 -	2.799
RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	59.173	82.555 -	93.178
DESPESAS FINANCEIRAS	- 10.805 -	11.011 -	10.569
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O RESULTADO	48.368	71.544 -	103.747
IRPJ	- -	13.144	-
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	48.368	58.400 -	103.747

Conforme análise realizada nos demonstrativos contábeis disponibilizados pela Recuperanda, em outubro/2025, verifica-se um **resultado negativo (prejuízo líquido)** no importe de R\$ 103.747,00, o qual apresentou uma minoração de R\$ 162.147,00 em relação ao resultado positivo apurado no mês anterior.

Cabe mencionar que, em outubro/2025, o **“faturamento bruto”** sumarizou a monta de R\$ 1.031.212,00, registrando um decréscimo de 1% em relação ao mês anterior.

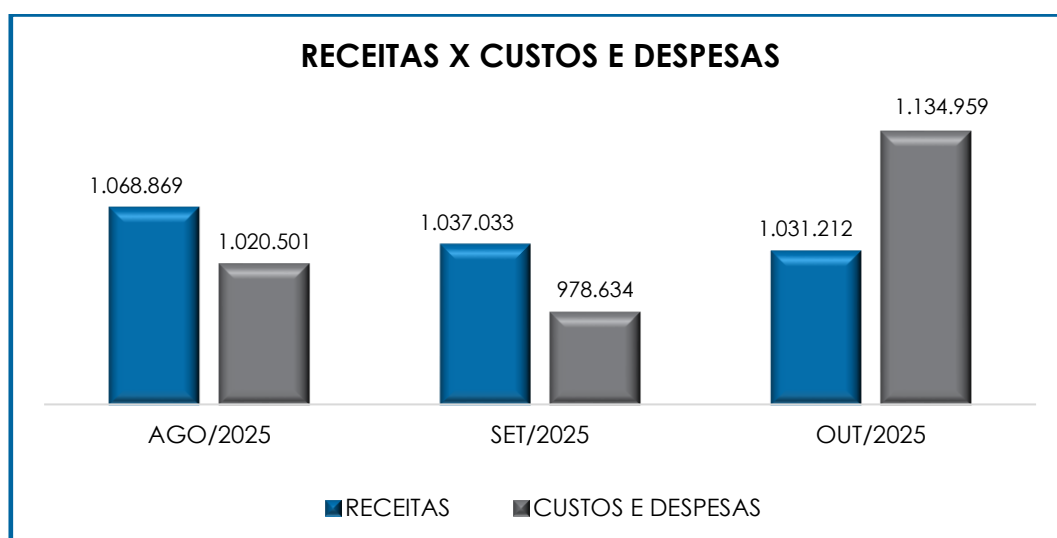
Ademais, insta informar que, em outubro/2025, apesar da involução no faturamento, as **“deduções da receita”** registraram uma majoração no importe de R\$ 408,00, registrando um saldo de R\$ 1.413,00. Com relação ao **“custo das mercadorias vendidas”**, referido grupo sofreu acréscimo de 17%, em outubro/2025, apurando-se um saldo na monta de R\$ 1.005.847,00.

As **“despesas administrativas”** apresentaram uma majoração de 24% no mês de outubro/2025, quando comparado ao mês anterior, justificado principalmente, pela evolução registrada nas rubricas “materiais de uso e consumo” e “honorários advocatícios”.

Na conta **“despesas tributárias”**, houve um acréscimo de R\$ 102,00 em outubro/2025, em comparação ao mês anterior, causado pela evolução vista em “impostos e taxas municipais”, “IBAMA” e “IPTU”, registrando um saldo no importe de R\$ 2.799,00.

Em outubro/2025, o grupo de **“despesas financeiras”** registraram o importe de R\$ 10.569,00, apurando uma involução na monta de R\$ 442,00.

Para melhor visualização, segue o demonstrativo da oscilação das despesas em relação à receita mensal:



IX – CONCLUSÃO

Conforme análise dos demonstrativos a folha de pagamento, no mês de outubro/2025, a Recuperanda contava com 05 colaboradores diretos em seu quadro funcional. O custo total com os colaboradores sumarizou a monta de R\$ 36.123,00, em outubro/2025, representando 4% do faturamento bruto apurado.

Rememora-se que o **EBITDA** apresentou um resultado **negativo**, tendo em vista que a receita foi inferior aos custos e despesas apuradas em outubro/2025, e desta forma, o resultado apresentado sumarizou a monta de **R\$ 90.379,00**.

Conforme análise dos demonstrativos colhidos com as Empresas, foi possível concluir que o índice de **Liquidez Geral**, em outubro/2025, resultou em **R\$ 2,62**.

Em relação ao **faturamento bruto**, no mês de outubro/2025 sumarizou o montante de R\$ 1.031.212,00, registrando uma minoração no importe de R\$ 5.821,00 em relação ao mês anterior.

Constatou-se que, o **Capital de Giro Líquido** apresentou **resultado positivo** no mês de outubro/2025, totalizando saldo no importe de R\$ 250.963,00.

O **endividamento** totalizou a importância de R\$ 189.130,00 (positivo) no mês de outubro/2025, evidenciando uma majoração na monta de R\$ 253.221,00 no saldo em relação ao mês anterior.

No que tange à **Dívida Tributária**, ao final de outubro/2025, sumarizou **R\$ 85.593,00**, demonstrando minoração no importe de R\$ 1.068,00 em relação ao mês de agosto/2025.

Sob a ótica da **Demonstração de Resultado do Exercício (DRE)**, a Recuperanda apresentou **prejuízo contábil**, em outubro/2025, no montante de **R\$ 103.747,00**, demonstrando-se que as receitas apuradas no mês foram insuficientes para cumprir com todos os custos e despesas.

Por fim, repisa-se que o presente relatório foi elaborado de acordo com os documentos fornecidos pela Recuperanda.

Sendo o que havia a relatar, esta Administradora Judicial permanece à disposição do MM. Juízo e demais interessados no feito Recuperacional.

Campinas (SP), 18 de novembro de 2025.

Brasil Trustee Administração Judicial
Administradora Judicial

Filipe Marques Mangerona
OAB/SP 268.409

Bruno Barbosa de Camargo
Contador – CRC/SP 345.307

Djavan de Alcântara Lima
Contador – CRC/SP 311.745

RELATORIO DE ANDAMENTO PROCESSUAL - POSTO DE COMBUSTÍVEIS J.J. ROQUE LIMA											
Data da petição	Fl. do petição	Peticionante	Descrição (o que pede o peticionante)	Manifestação da recuperanda (caso não seja peticionante)	Manifestação do AJ/Petito (ouve? Se sim, o resumo)	Manifestação do MP (se cabível e, se sim, o resumo do(s) pedido(s) feito(s))	Já decidido?	Fl. do decisório, caso decidido	Pendente de cumprimento pelo servidor?	Observações do AJ sobre	
05/11/2024	05/11/2024	Recuperanda	Petição de Recuperação Judicial.	-	-	-	-	-	-	-	
14/11/2024 e 20/11/2024	Fls. 90/97	Recuperanda	Informa o cumprimento parcial da decisão judicial, com a juntada dos certidões de antecedentes criminais dos sócios e a reconexação dos documentos pelo sistema do TSP, exceto os documentos cartórios que permaneceram como "Documentos Diversos" por ausência de categoria específica, mas aguardando de modo a permitir sua identificação e análise. Informa ainda que cumpriu, nos prazos fixados, a apresentação da emenda à inicial e a juntada da documentação faltante. Posteriormente, apresenta a emenda à petição inicial, arrolando preventivamente o caso e valor de R\$ 1.852.586,75, correspondente às dívidas assumidas pelos credores, e requer o parcelamento das custas iniciais com fundamento no art. 98, §6º do CPC, citando precedente da mesma vara. Subsidiariamente, pede prazo mais dilatado para o recolhimento das custas, diante de suas dificuldades financeiras e restrições de crédito junto à Intercreditor Probitus, invocando os princípios do acesso à justiça e da preservação da empresa.	-	-	-	-	Sim: Após a redistribuição do feito para a 1ª Vara Regional Empresarial e de Conflitos Relacionados à Arbitragem (fl. 74), O.D. Acito determino que a requerente reclassifique os documentos juntados, atualize o valor da causa para refletir o montante superior a R\$ 1 milhão e inclua as custas, sob pena de extinção. Fizeis ainda prazo de 15 dias para juntar ficha cadastral da JUCESP, Lantex CNPJ e relação dos credores não sujeitos à recuperação, sob pena de intimação da inicial.	74	-	-
14/11/2024 e 20/11/2024	Fls. 90/97	Recuperanda	Informa o cumprimento parcial da decisão judicial, com a juntada dos certidões de antecedentes criminais dos sócios e a reconexação dos documentos pelo sistema do TSP, exceto os documentos cartórios que permaneceram como "Documentos Diversos" por ausência de categoria específica, mas aguardando de modo a permitir sua identificação e análise. Informa ainda que cumpriu, nos prazos fixados, a apresentação da emenda à inicial e a juntada da documentação faltante. Posteriormente, apresenta a emenda à petição inicial, arrolando preventivamente o caso e valor de R\$ 1.852.586,75, correspondente às dívidas assumidas pelos credores, e requer o parcelamento das custas iniciais com fundamento no art. 98, §6º do CPC, citando precedente da mesma vara. Subsidiariamente, pede prazo mais dilatado para o recolhimento das custas, diante de suas dificuldades financeiras e restrições de crédito junto à Intercreditor Probitus, invocando os princípios do acesso à justiça e da preservação da empresa.	-	-	-	-	Sim: Deferiu o parcelamento das custas em seis parcelas mensais, vencendo a primeira no quinto dia (05) subsequente, destacando que pedidos de maior número de parcelas ou de diferimento são incompatíveis com a viabilidade de andamento da empresa. Determino o pagamento da primeira parcela e o integral cumprimento da decisão da fl. 79/82 no prazo de cinco dias, sob pena de extinção do processo sem resolução do mérito.	139	-	-
11/12/2024 e 03/12/2024	Fls. 141/142 e 153/154	Recuperanda	Apresentou emenda à petição inicial para juntar aos autos a ficha cadastral completa da JUCESP (NIRE 35215662038), conforme determinado, além de listar os credores não sujeitos à recuperação judicial, incluindo o IRAPPA, em execução fiscal, e a PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A, com credores hipotecários. Informa não haver outros créditos com garantias fiduciárias, emendando o mandado ou cláusulas de inexistência. Em petição complementar, requereu a juntada da mesma ficha cadastral, não anexada anteriormente por equívoco.	-	-	-	-	-	-	-	
11/12/2024	Fls. 159/160	Recuperanda	Junto comprovante de pagamento da primeira parcela das custas iniciais e informou que os credores não sujeitos à recuperação foram cadastrados como terceiros interessados, declarando que o credit list Unibanco S/A já se encontra diligente. Ainda foi alterado integralmente a decisão da fl. 79/82, incluindo a reclassificação dos documentos, exceto os cartórios, que permaneceram como "documentos" por ausência de categoria específica no sistema, mas sendo acessíveis. Informa também que o valor da causa já foi atualizado conforme determinado.	-	-	-	-	-	-	-	
16/12/2024	Fls. 165/166	Recuperanda	Junto nova guia DARE com comprovante de recolhimento da primeira parcela das custas iniciais, restando o cumprimento da obrigação no prazo de cinco dias.	-	-	-	-	-	-	Não - Certificado às fls. 166.	
08/01/2025	Fls. 167/168	Recuperanda	Junto comprovante de recolhimento da segunda parcela das custas iniciais.	-	-	-	-	-	-	-	
17/01/2025	Fls. 175/174	Recuperanda	Junto guia DARE da segunda parcela das custas iniciais.	-	-	-	-	-	-	Não - Certificado às fls. 175.	
08/02/2025	Fls. 176/179	Recuperanda	Junto guia DARE de recolhimento da terceira parcela das custas iniciais.	-	-	-	-	-	-	Não - Certificado às fls. 180.	
11/03/2025	Fls. 182/184	Recuperanda	Junto guia DARE de recolhimento da quarta parcela das custas iniciais.	-	-	-	-	-	-	Não - Certificado às fls. 185.	
12/03/2025	Fls. 186/188	Não	Recebeu a emenda à petição inicial e deu ciência do pagamento das quatro primeiras parcelas das custas iniciais. Em seguida, determino a realização da constatação prévia, nos termos do art. 51-A da Lei 11.101/2008 e da Recomendação nº 07/2023 do CNJ, com o objetivo de verificar as condições reais de funcionamento da empresa e a regularidade documental. Nomeou o perito Carlos Manoel Carneiro Viana Teixeira para realizar a diligência e apresentar laudo e relatório em cinco dias. Estabeleceu que a petição abster-se de verificação de atividades, documentação, existência de grupo econômico, índices de fraude e a competência territorial.	Fls. 202/204: manifestou-se sobre a proposta de honorários apresentada pelo perito judicial, solicitando o parcelamento do valor de R\$ 15.000,00 referente a fase inicial em três parcelas mensais, alegando dificuldades financeiras e o pagamento pendente das parcelas finais das custas iniciais. Quanto à fase posterior, propôs a redução do valor mensal de R\$ 5.000,00, argumentando que a empresa encontra-se em situação crítica, com restrições operacionais severas, e a manutenção do perito sob a possibilidade de parcelamento no, alternativamente, a autorização judicial para o pagamento proposto, a fim de evitar prejuízos à continuidade do processo de recuperação judicial.	Fls. 190/194 O perito nomeado Carlos Carneiro Viana apresentou plano de trabalho para atuação como administrador judicial no processo de recuperação, detalhando suas atividades em fase inicial, com periodicidade de 15 dias no todo da empresa para levantamento da situação econômica, financeira, contábil e operacional, e fase posterior, com visitas mensais e reuniões periódicas. Requisitou fixação de honorários em R\$ 15.000,00 para a fase inicial e R\$ 5.000,00 mensal para a fase posterior. Solicitou ainda autorização judicial para atuação de seu cadastro no sistema, de "Administrador (passivo)" para "Perito," a fim de viabilizar a correta identificação eletrônica.	Sim: determino a intimação do perito para início dos trabalhos de constatação prévia conforme os termos da decisão da fl. 186/176, ressaltando que os honorários serão fixados apenas após a juntada do laudo. Autorizo o cadastramento do perito como tal no sistema e SAI.	Fls. 442/443: Omita da contraproposta de honorários e da manifestação do perito, determino que este apresente, no prazo de dois dias, laudo de constatação prévia completo, avaliando o cumprimento dos requisitos dos arts. 48 e 51 da Lei 11.101/2008, e a existência de grupo econômico, índices de fraude e a competência territorial.	208 e 442/443	-	-	
20/03/2025	Fl. 200	Mercado Pago	Informou que, apesar de possuir proposta de acordo, não conseguiu contato com a requerente.	Fls. 218/218: apresentou manifestação em atendimento ao despacho judicial, informando seus contatos atualizados para fins de tratativas com a empresa Mercado Pago. Foram honorários e honorários de honorários, representando do ponto, e e-mail e WhatsApp do advogado constituído nos autos.	-	-	-	-	-	-	
27/03/2025	Fls. 213/214	Perito	Apresentou relatório preliminar de constatação, informando que a documentação inicial está completa e condizente com a realidade da empresa. Confirmou o funcionamento regular da empresa, com CNPJ ativo e atividades verificadas in loco no dia 25/03/2025, exceto em que observou o estabelecimento em operação e o proprietário em atendimento ao público. Continuou para capacitação da empresa de cumprir as condições preventivas exigidas para o prosseguimento da recuperação, desde que a presente plano seja aprovado no prazo legal.	Fls. 436/437: Já manifestou-se sobre o laudo do perito judicial (fls. 213/214), destacando que se esperava reconhecer que a empresa possui capacidade para usufruir dos benefícios da recuperação judicial, com documentação em conformidade com o art. 51 da Lei 11.101/2008. Assim, rejeitou que, eventualmente, apresente o plano de recuperação no prazo de 60 dias, contados da decisão que determinar o processamento da recuperação, conforme prevê o art. 52 da mesma lei.	-	-	-	-	-	-	
01/04/2025	Fls. 220/435	Mercado Pago	Apresentou petição para juntar procuração e estabelecimento, com a finalidade de regularizar a habilitação do advogado Ricardo Schmitt.	-	-	-	-	-	-	-	
07/04/2025	Fls. 436/440	Recuperanda	Junto guia DARE de recolhimento da quinta parcela das custas iniciais.	-	-	-	-	-	-	Não - Certificado às fls. 442.	
15/04/2025	Fls. 446/453	Perito	Apresentou laudo de constatação prévia completo, conforme determinado, avaliando o cumprimento dos requisitos dos arts. 48 e 51 da Lei 11.101/2008. Constatou que a empresa exerce atividade há mais de dois anos, não foi falida nem esteve recuperação nos últimos cinco anos, e não há constatação criminal dos sócios. Confirmou a regularidade documental. Quanto às informações completas sobre empregados, passivo fiscal e extratos bancários. Recomendou que o laudo de caso diário seja enviado ao administrador judicial. Indico que a documentação apresentada perante o processamento do processo, mas resultado preliminar documental. Quanto aos honorários, reitero a manutenção dos valores propostos (R\$ 15.000,00 iniciais e R\$ 5.000,00 mensais), restando a contraproposta da requerente, alegando a competência e responsabilidade da Justiça. Apresenta também um resumo das constatações da fls. 455/456.	Fls. 462/465: Manifestou-se sobre o laudo do perito da fls. 446/453, juntando as certidões de antecedentes criminais faltantes e informando que atuou a reconexação de envio do relatório do laudo de caso diário, já em providência com o recolhimento de constatações. Relato que também está sendo providenciadas os documentos faltantes, como a relação de empregados, extratos bancários, passivo fiscal e ativos das circunstâncias, incluindo prazo adicional de cinco dias (05) para cumprimento, devido à omissão de extratos contábil. Concordo com os honorários propostos pelo perito, sugerindo o pagamento dos R\$ 15.000,00 iniciais em três parcelas mensais, citando as dificuldades operacionais atuais, aprovadas pela exigência de pagamento à vista para realização do mesmo. Refutou a intenção de apresentar oportunamente o plano de recuperação no prazo legal de 60 dias após o deferimento do processamento.	-	-	-	Sim: O juízo tomou ciência da juntada do laudo de constatação prévia (fls. 446/453 e 455/456) e da documentação complementar e proposta de pagamento dos honorários periciais (fls. 462/479), concordando para suprir o prazo de cinco dias contados para que a requerente junte os documentos pendentes.	516	-	-

01/09/2025	Fl. 1.307/1.308	Recuperanda	Atesta ciência do Relatório Mensal de Atividades do mês de julho/2025 e aponta que todos os documentos serão enviados à AJ tempestivamente.	-	-	-	Sim - Exata ciência da manifestação da Recuperanda.	1.316	-	-
08/09/2025	Fl. 1.326/1.335	Caixa Econômica Federal	Requer a habilitação do seu patrone para o recebimento de publicações futuras.	-	-	-	Sim - Atos unilaterais determinam a regularização processual.	1.336	-	-
10/09/2025	Fl. 1.340/1.392	Recuperanda	Apresenta parte dos documentos fiscais relativos ao art. 51 da Lei nº 11.101/05, bem como informa que outras pendências serão sanadas em breve.	-	-	-	Sim - Determina à Recuperanda a regularização dos documentos.	1.411	-	-
03/10/2025	Fl. 1.415/1.445	Recuperanda	Exclarece que o Laudo de Avaliação Econômico-Financeira foi atualizado, sendo válida a versão contemporânea, requer a juntada do Laudo de Avaliação de Bens anexado pelo seu representante técnico, requer o prazo adicional de 12 (doze) dias para atender ao necessário no tocante aos documentos fiscais e relativos ao art. 51 da Lei nº 11.101/05.	-	-	-	Sim - Considera sanada a pendência relativa ao Laudo de Avaliação de Bens, determina que a Recuperanda apresente os necessários no tocante ao Laudo de Avaliação Econômico-Financeira a parte a documentação faltante do art. 51 da LFRF, e determina a publicação do 2º Edital de Credores.	1.485/1.488	-	-
02/10/2025	Fl. 1.485/1.486	Insol. Unibanco	Apresenta objeção ao Plano de Recuperação Judicial.	-	-	-	Sim - Atesta ciência da objeção e determina que se apresente a comunicação da AGC.	1.485/1.488	-	-
03/10/2025	Fl. 1.451/1.480	Banco do Brasil	Apresenta objeção ao Plano de Recuperação Judicial.	-	-	-	Sim - Atesta ciência da objeção e determina que se apresente a comunicação da AGC.	1.485/1.488	-	-
13/10/2025	Fl. 1.479/1.474	Recuperanda	Atesta ciência do Relatório Mensal de Atividades do mês de agosto/2025 e aponta que todos os documentos serão enviados à AJ tempestivamente.	-	-	Fl. 1.479: atesta ciência da manifestação da Recuperanda às Rs. 1.473/1.474, declarando que eventuais contradições relativas à documentação ou as apontações serão apontadas nos Relatórios seguintes.	Sim - Atesta ciência das manifestações da Recuperanda e da Administradora Judicial.	1.485/1.488	-	-
28/10/2025	Fl. 1.490/1.491	Recuperanda	Comprova o recolhimento de custas para a publicação do 2º Edital de Credores.	-	-	-	-	-	Não - Edital expedido às Rs. 1.485/1.486 e publicado às fls. 1.502/1.504.	-
21/10/2025	Fl. 1.490/1.500	Administradora Judicial	Informa o encerramento do stay period em 08/12/2025.	-	-	-	Sim - Atesta ciência e determina ciência à Recuperanda.	R. 1.541	-	-
06/11/2025	Fl. 1.508/1.509	Recuperanda	Atesta ciência do Relatório Mensal de Atividades do mês de setembro/2025 e aponta que todos os documentos serão enviados à AJ tempestivamente, além de informar que os dados apresentados estão em consonância com os documentos contábeis.	-	-	-	Sim - Atesta ciência da manifestação.	R. 1.541	-	-
07/11/2025	Fl. 1.516/1.516	Recuperanda	Apresenta os esclarecimentos elaborados pelo Parte contestado pela Recuperanda acerca do Laudo de Avaliação Econômico-Financeira depositado e anexa o documento ao art. 51 da LFRF.	-	-	-	Sim - Determina vista à Administradora Judicial.	R. 1.541	-	-
07/11/2025	Fl. 1.517/1.520	Recuperanda	Apresenta impugnação de Crédito visando o acerto e o valor arrolado em favor do credor Mercado Crédito Societário de Crédito, Financiamento e Investimento S/A.	-	-	-	Sim - Determina que a impugnação seja manuseada pela via correta.	R. 1.541	-	-
13/11/2025	Fl. 1.520/1.540	Recuperanda	Apresenta os balanços contábeis referentes ao período de 01/07 a 30/09, ciente que eles se encontram regularizados.	-	-	-	Sim - Determina vista à Administradora Judicial.	R. 1.541	-	-